

Em busca do verdadeiro Camões

Adelto Gonçalves, da USP e sócio correspondente da ABF

Sem qualquer menosprezo aos trabalhos desenvolvidos por editores sobre a obra de Luís de Camões, a verdade é que ainda há muito o que fazer quanto à edição crítica dos textos camonianos. Essa é a conclusão a que se chega depois de se ler *Camões épico, lírico e dramático (problemas ecdóticos e busca de soluções)*, de Leodegário A. de Azevedo Filho, professor emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente da Academia Brasileira de Filologia.

Um dos maiores conhecedores da obra de Camões, Leodegário, com este ensaio, deixa claro que o grande poeta da Língua Portuguesa ainda está por merecer uma “biografia definitiva”, se isso fosse possível, tantas são as fantasias criadas em torno de sua figura. Sem contar que seus biógrafos, como sempre aconteceu em relação aos poetas, preferiram utilizar como fonte documental seus versos, tomando muitas vezes por realidade o que era apenas reflexo das convenções do tempo.

De prova documental, existe muito pouco: a prisão na Cadeia do Tronco, após a desavença com Gonçalo Borges; o seu primeiro desterro em Ceuta; a partida para a Índia, depois da carta de perdão; a sua breve permanência na ilha de Moçambique, onde Diogo do Couto o encontrou em completa indignação, “a comer de amigos”, como se lê nas *Décadas (VIII)*; a publicação de *Os Lusíadas* em 1572, com duas edições; e a tença que recebeu por causa do poema, mas que não era suficientemente rentável a ponto de lhe tirar da pobreza. O resto é pura conjectura de biógrafos excessivamente imaginosos, mas pouco dispostos a enfrentar a poeira ou a desorganização dos papéis dos arquivos.

Não são, porém, só os dados biográficos de Camões, alguns muito discutíveis, que ainda estão à espera de pesquisadores mais atilados. A sua lírica também apresenta problemas textuais e de autoria que exigiriam um esforço hercúleo de uma equipe de profissionais. Como exemplo, Leodegário lembra a edição das *Obras completas de Luís de Camões*, publicada em 1946 por Hernâni Cidade, na Coleção Sá da Costa, de Lisboa, que ainda hoje presta um bom serviço ao público universitário do mundo inteiro.

Leodegário observa que Hernâni Cidade, a exemplo de A. J. da Costa Pimpão, recorreu às fontes quinhentistas de *Rhythmas* (1595) e de *Rimas* (1598)

Adelto Gonçalves é doutor em Letras na área de Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo e autor de *Gonzaga, um Poeta do Iluminismo* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999) e *Barcelona Brasileira* (Lisboa, Nova Arrancada, 1999).

e às edições de 1616 e 1668, com radical oposição às *Rimas várias de Luís de Camões* (1685), organizadas por Manuel de Faria e Sousa. E, portanto, ficou excessivamente preso à tradição impressa, sem trazer à colação os manuscritos da época.

Os camonistas mais recentes também não fugiram à regra. Antônio Salgado Júnior, com *Obra completa*, de 1963, também não fez nenhuma renovação metodológica importante. Igualmente assim agiram Cleonice Berarunelli, com a edição parcial (somente os sonetos) de 1980, e Maria de Lurdes Saraiva, com a edição dita completa de 1980-81, embora tenham produzido trabalhos importantes pelo aproveitamento de estudos anteriores. Em outras palavras: nenhum desses estudiosos apresentou um critério objetivo para a análise rigorosa da questão de autoria, valendo-se predominantemente da tradição impressa em detrimento da tradição manuscrita que, obviamente, merece maior credibilidade.

Levando em conta essas falhas, Leodegário A. de Azevedo Filho traz à discussão a metodologia que havia sido elaborada pelo professor brasileiro Emmanuel Pereira Filho, que, infelizmente, ao morrer prematuramente em 1968, não deixou de dar contribuições que seriam significativas para o estudo da obra de Camões. Esse critério, que parte da evidência de que, até hoje, ninguém conseguiu estabelecer o cânone total da lírica camoniana, propõe o tríplice testemunho quinhentista incontestado, em função do qual um texto lírico, para ser atribuído a Camões, deveria atender a três exigências preliminares: a) testemunho quinhentista; b) o mínimo de três testemunhos procedentes das tradições manuscrita e impressa da época, ou mesmo de épocas posteriores, desde que o documento remetesse o texto a outro documento do século 16, de onde derivou; e c) incolumidade dos testemunhos, ou seja, testemunhos incontestados, por não apresentar qualquer divergência não gratuita de atribuição autoral ou qualquer recusa fundamentada pela crítica erudita.

Esse critério, como observou o falecido professor, ao excluir um texto que a tradição atribui a Camões, não pretende negar de antemão a autoria camoniana, mas sim deixar claro que o documento não preencheu aqueles requisitos básicos de evidência documental indiscutível, o que significa que será apreciado *a posteriori*, quando houver elementos fornecidos pelo cânone básico. Para o professor Leodegário, a excelência do critério de Emmanuel Pereira Filho consiste, precisamente, em ser dinâmico e aberto, jamais fechado.

Por isso, ao proceder à revisão crítica das conclusões a que já havia chegado Emmanuel, Leodegário eliminou do *corpus minimum* os sonetos “Por que quereis, Senhora, que ofereça” e “Quem vê, Senhora, claro e manifesto”, ambos com tríplice testemunho quinhentista de autoria camoniana, mas também atribuídos ao Duque de Aveiro, no *Cancioneiro de Corte e de Magnates*, publicado por Arthur Lee-Francis Askins, em 1968.

Para Leodegário, se vivo fosse o professor Emmanuel, incluiria em seu índice básico de autoria os textos para os quais ele foi encontrar nova atribuição

de autoria camoniana no *Cancioneiro da Real Academia da História*, de Madri. Aliás, esses textos Leodegário incluiu no livro *O cânone lírico de Camões*, publicado 1976, e também na sua edição da *Lírica de Camões*, em vários volumes, que vem sendo publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda (IN-CM), de Lisboa, desde 1985.

Houve quem confundisse o *corpus minimum* com a totalidade de textos líricos que poderiam ter sido escritos por Camões, talvez por despreparo para a matéria. De qualquer modo, o *corpus minimum* estabelecido por Leodegário já reúne 133 textos, enquanto o *corpus addititium* está com 113 e o *corpus possibile* com 10 textos mais ou menos, num total provável de 256 textos líricos. O que ficou de fora, segundo ele, salvo prova em contrário que ninguém deu, só pode integrar o *corpus alienum* de textos inautênticos, em sua imensa maioria, comprovadamente da lavra de outros poetas e que, por isso mesmo, só podem ter um fim: o expurgo.

Leodegário reconhece que sobre os *corpora addititium e possibile* ainda há muito o que investigar. Sobre o *corpus minimum*, vem ele sendo publicado pelo professor em Lisboa, faltando apenas o segundo tomo das *Éclogas*, os três tomos das *Redondilhas*, além do volume final de *Glossário*. Depois disso, num volume apenas, com apresentação geral, o professor pretende reunir todos os textos do *corpus minimum*, para facilitar a consulta dos interessados na apuração dos textos líricos de Camões à luz da tradição manuscrita, em confronto crítico com a tradição impressa. Por enquanto, já saíram pela IN-CM estes volumes: *Lírica de Camões. História, metodologia, corpus* (1985). *Lírica de Camões. Sonetos*. Tomo I (1987) e Tomo II (1989); *Lírica de Camões. Canções* (1995); *Lírica de Camões. Odes* (1997); *Lírica de Camões. Elegias* (1998); e *Lírica de Camões. Éclogas*. Tomo I (2001).

Por aqui se vê que, enquanto a totalidade dos volumes não sai à luz, este livreto do professor Leodegário A. de Azevedo Filho não pode ficar longe do alcance não só dos camonistas conhecidos como dos estudantes universitários que se aventuram na obra de Camões. É importante que seja logo colocado à mão dos investigadores não só nas bibliotecas brasileiras como na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

CAMÕES ÉPICO, LÍRICO E DRAMÁTICO (PROBLEMAS ECDÓTICOS E BUSCA DE SOLUÇÕES), de Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro, Editora Ágora da Ilha, 40 págs.